

BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS  
PRÓPRIOS LTDA.

(Anteriormente denominado Banco de  
La República Oriental Del Uruguay -  
Filial Brasileira)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.  
(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores do  
BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda. ("BROU")  
(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira).  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda. ("Empresa"), (Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de maio de 2020.

# BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		61.681	58.494	Circulante		3.847	3.354
Disponibilidades	4	172	55	Outras obrigações	10	3.847	3.354
Aplicações financeiras de liquidez	5	-	55.802	Fiscais e previdenciárias		305	225
Aplicações em operações compromissadas		-	55.802	Diversas		3.542	3.129
Titulos e valores mobiliários	6	58.231	-	Patrimônio líquido	11	59.506	56.969
Fundo de investimento de renda fixa		58.231	-	Capital		56.782	56.911
Outros créditos	7	681	39	De domiciliados no exterior		56.782	56.911
Diversos		681	39	Reserva legal		314	468
Outros valores e bens	8	2.597	2.598	Reserva especial de lucros		2.410	-
Bens não de uso		2.570	2.570	Lucros /(prejuízos) acumulados		-	(410)
Despesas antecipadas		27	28				
Permanente		1.672	1.829				
Investimentos	1	1	1				
Imobilizado de uso	9	1.667	1.821				
Imóveis de uso		2.267	2.267				
Outras imobilizações de uso		1.308	1.308				
(Depreciações acumuladas)		(1.908)	(1.754)				
Intangível		4	7				
Ativos intangíveis		30	30				
(Amortização acumulada)		(26)	(23)				
Total do ativo		63.353	60.323	Total do passivo e patrimônio líquido		63.353	60.323

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	13	5.911	4.385
Operações de crédito		2.157	615
Resultado de títulos e valores mobiliários		3.754	3.770
Outras receitas/despesas operacionais		(3.095)	(4.108)
Despesas de pessoal	14	(1.518)	(1.750)
Outras despesas administrativas	15	(2.123)	(2.220)
Despesas tributárias		(333)	(594)
Outras receitas e despesas operacionais		879	456
Resultado operacional		2.816	277
Resultado financeiro		-	(743)
Resultado não operacional		63	56
Result. antes da tributação s/ o lucro		2.879	(410)
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(206)	-
Participação nos lucros	16	(136)	-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		2.537	(410)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

---

	2019	2018
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	2.537	(410)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.537</u>	<u>(410)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros líquidos/(prejuízos) Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2018	56.911	468	6.602	-	63.981
Pagamento de dividendos	-	-	(6.602)	-	(6.602)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(410)	(410)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>56.911</u>	<u>468</u>	<u>-</u>	<u>(410)</u>	<u>56.969</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	56.911	468	-	(410)	56.969
Redução de capital	(129)	-	-	129	-
Absorção de prejuízo com reserva	-	(281)	-	281	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.537	2.537
Constituição das reservas de lucros	-	127	2.410	(2.537)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>56.782</u>	<u>314</u>	<u>2.410</u>	<u>-</u>	<u>59.506</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	2.537	(410)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de atividades operacionais	294	160
Depreciações e amortizações	157	160
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	137	-
Lucro líquido ajustado	2.831	(250)
Variação de ativos e passivos operacionais	(2.714)	9.690
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	55.802	12.591
Aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(58.231)	-
Aumento em relações interfinanceiras	(135)	34
Redução em operações de crédito	-	9
Aumento em outros créditos	(642)	1.369
(Aumento) em outros valores e bens	(1)	(455)
Aumento em outras obrigações	493	(3.858)
Caixa líquido aplicado/proveniente das atividades operacionais	117	9.440
Atividades de financiamentos:		
Aumento/(redução) em depósitos	-	(20)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-	(10.052)
Caixa Líquido proveniente de atividades de financiamentos	-	(10.072)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	117	(632)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55	687
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	172	55
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	117	(632)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto operacional

O BROU - Brasil Administração de Bens Próprios ("BROU" ou "Empresa"), anteriormente denominado: Banco de la República Oriental del Uruguay "Filial Brasileira", tem como objetivo a administração de bens próprios.

A representação é exercida pela representante legal, residente no país, nomeada pelo sócio Banco de la República Oriental del Uruguay.

A Diretoria da Casa Matriz do Banco de la República Oriental del Uruguay decidiu descontinuar suas atividades financeiras no Brasil, protocolando em 15 de fevereiro de 2017 a declaração de propósito junto ao Banco Central do Brasil (BACEN). Referida declaração foi publicada no jornal DCI em 31 de março e 3 de abril de 2017.

Em 4 de maio de 2018, foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil o Instrumento particular de transformação por nacionalização da Sucursal São Paulo, em sociedade empresária limitada.

Em 29 de novembro de 2019, o pedido de cancelamento da autorização para funcionamento do Banco e o Instrumento particular de transformação por nacionalização da Sucursal São Paulo em sociedade empresária limitada foram aprovados pelo Banco Central do Brasil, e em decorrência da mudança do objeto social passou a adotar a denominação BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda., razão pela qual a sociedade deixou de atuar como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as quais abrangem a legislação societária, incluindo os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1), e nas normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos e estimativas para contabilização de determinados ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A moeda funcional é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 26 de maio de 2020.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### 3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são compostas pelo caixa e equivalentes de caixa que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

#### 3.2. Títulos e valores mobiliários

São reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

#### 3.3. Outros valores e bens

Compõem-se, basicamente, de bens recebidos em dação de pagamento registrados pelo menor valor entre o saldo do crédito correspondente a receber e o valor apurado na avaliação do bem à época do seu recebimento.

Em despesas antecipadas são contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, conseqüentemente, são registrados no ativo considerando o princípio da competência.

Está representado basicamente por contribuições e despesas de seguros.

#### 3.4. Investimentos

Os investimentos compreendem os títulos patrimoniais da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que foram substituídos por ações da CETIP S.A., mercados organizados. Em março de 2017 as ações da CETIP foram substituídas por ações da Companhia São José Holding, seguida da incorporação da Holding pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo, sendo a depreciação efetuada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens;

### 3.6. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### 3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

A provisão para Imposto de Renda foi calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano (R\$120 no semestre), e em função da alteração do objeto social e a natureza jurídica da Empresa, a contribuição social foi impactada pela alteração de alíquota, o qual foi calculada com base na proporcionalidade, sendo atribuído a alíquota de 15% para o período de janeiro a novembro (atividade econômica Banco) e atribuído a alíquota de 9% para o mês de dezembro (empresa limitada), e foram efetuadas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro fiscal.

### 3.9. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

### 3.10. Instrumentos financeiros

#### Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa, quando aplicável são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

#### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

#### Passivo financeiro

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo no resultado" ou "Outros passivos financeiros".

Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados ao valor justo no resultado são reconhecidos ao valor justo diretamente no resultado do período que se originaram. O ganho ou a perda líquida reconhecida no resultado inclui eventuais juros pagos ao passivo financeiro.

#### Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

### 3.11. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("Teste de impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definida como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de descontos antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

**BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.**

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades		
Caixa	36	34
Depósitos bancários	136	-
Reservas livres em espécie (Banco Central)	-	21
Total	<u>172</u>	<u>55</u>

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações em operações compromissadas		
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	36.802
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	19.000
Total	<u>-</u>	<u>55.802</u>

**6. Títulos e valores mobiliários****6.1. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários**

<u>Em 31/12/2019</u>	<u>Qtde de cotas</u>	<u>Valor da cota Em reais</u>	<u>Saldo atualizado</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP			
FICFI:	1.222.329,35076	47,639453	58.231
Total	<u>1.222.329,35076</u>	<u>47,639453</u>	<u>58.231</u>

As cotas de fundos de investimentos são classificadas como ativos financeiros disponível para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**7. Outros créditos - diversos**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos e depósitos para recursos	471	3
Impostos e contribuições a compensar	210	35
Devedores diversos	-	1
Total	<u>681</u>	<u>39</u>

**BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.**

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Outros valores e bens**

São compostos de bens não de uso próprio e despesas antecipadas:

	12/2019	12/2018
Bens não de uso próprio - Imóveis (a)	2.570	2.570
Despesas antecipadas	27	28
Total	<u>2.597</u>	<u>2.598</u>

(a) Refere-se a execução de garantias. O respectivo saldo foi registrado pelo menor valor entre o saldo do crédito correspondente a receber e o valor apurado na avaliação dos bens. Sendo os imóveis e os respectivos terrenos:

- Prédio comercial situado na Rua Nicolino Stolfa, nº 28 - Bairro do Limão - São Paulo;
- Imóvel residencial situado na Rua Tenente Azevedo, nº 67 - Cambuci - São Paulo;
- Imóvel residencial situado na Rua Bruno Alfredo Fazzi, nº 231 - Parque Cabreúva - Mairiporã.

A avaliação dos bens foi realizada pela empresa JC Engenharia Gestão de Ativos, na data base abril de 2019.

**9. Imobilizado de uso**

	2019	2018
Imóveis de uso	1.495	1.554
Instalações, móveis e equipamentos de uso	101	170
Outros	71	97
Total	<u>1.667</u>	<u>1.821</u>

**10. Outras obrigações**

	2019	2018
Fiscais e previdenciárias	305	225
Diversas (a)	3.542	3.129
Total	<u>3.847</u>	<u>3.354</u>

(a) A Empresa efetuou provisão para possíveis contingências trabalhistas em função da descontinuidade de suas atividades como então Banco no Brasil e para outras contingências, sendo:

	2019	2018
Contingências trabalhistas	2.648	2.749
Outras contingências (i)	693	231
Pagamentos a efetuar	201	149
Total	<u>3.542</u>	<u>3.129</u>



## BROU - BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

(Anteriormente denominado Banco de La República Oriental Del Uruguay - Filial Brasileira)

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (i) As ações e processos judiciais ou administrativos movidos contra o então Banco informados pela assessoria legal, estão estimados em:

	2019	
	Valor	Probabilidade de perda
Processos de natureza cível	693	Provável
Processos de natureza tributária	380	Possível

  

	2018	
	Valor	Probabilidade de perda
Processos de natureza cível	231	Provável
Processos de natureza tributária	380	Possível

## 11. Patrimônio Líquido

### 11.1. Capital social

Em dezembro de 2019, em função da alteração do objeto social e a natureza jurídica da Empresa, o capital social foi ajustado para corresponder ao contrato social, dividido em 56.781.810 cotas, sendo o cotista majoritário com 56.781.809 cotas, o BROU - Instituição Governamental Uruguaia, localizada na República Oriental del Uruguay - Montevideo, e como cotista minoritária com 1 cota Irene González Pino, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional. Em 2018 O capital social correspondia a 56.910.569 ações integralizadas e 100% eram nominativas ao investimento da matriz estrangeira, Instituição Governamental Uruguaia, localizada na República Oriental del Uruguay - Montevideo, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional.

### 11.2. Reserva legal

Consoante a legislação societária, é destinada parcela equivalente a 5% do lucro líquido apurado ao final de cada exercício para a constituição da reserva legal, até que o saldo deste alcance o limite de 20% do capital social da Empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram constituídos o montante de R\$127 (R\$468 em 2018).

### 11.3. Reserva especial de lucros

A reserva de lucros é constituída após destinações estabelecidas no art. 191 da Lei das S.A., sendo deliberada em Assembleia Geral pelos cotistas da Empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram destinados para essa reserva o montante de R\$ 2.410 (R\$ - em 2018).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 12. Partes relacionadas

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações do pessoal-chave da Administração são realizadas pelo Banco de la República Oriental del Uruguay - Casa Matriz situada no Uruguai. Dessa forma não existiram desembolsos financeiros da Filial Brasileira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, seja pelo Banco ou pela nova Empresa.

## 13. Receitas da intermediação financeira

	2019	2018
Operações de crédito	<u>2.157</u>	<u>615</u>
	2.157	615
Receitas com operações compromissadas	3.047	3.413
Juros sobre capital próprio e dividendos	477	357
Rendas de aplicações em cotas de fundos de investimentos	<u>230</u>	-
	3.754	3.770
Receitas da intermediação financeira	<u><u>5.911</u></u>	<u><u>4.385</u></u>

## 14. Despesas de pessoal

	2019	2018
Benefícios a empregados	478	529
Encargos sobre a folha de pagamento	262	341
Salários e outras verbas	778	880
	<u>1.518</u>	<u>1.750</u>

## 15. Outras despesas administrativas

	2019	2018
Assessoria jurídica	675	498
Processamento de dados	426	525
Manutenção e conservação de bens	296	291
Serviços técnicos especializados	259	303
Depreciação e amortização	157	159
Telecomunicação	109	103
Seguros	82	81
Diversas	73	133
Energia	44	37
Vigilância e segurança	2	90
	<u>2.123</u>	<u>2.220</u>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os saldos de provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) estavam assim compostos:

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.879	(410)
Participação nos lucros	(136)	-
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	2.743	(410)
Adições	531	1.170
Exclusões	(2.437)	(812)
Base de cálculo apurada	837	(52)
Compensação de prejuízo/base negativa	(251)	-
Base de cálculo ajustada	586	-
Impostos calculados	206	-
IRPJ	119	-
CSLL	87	-

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Empresa possuía créditos tributários não reconhecidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal assim distribuídos:

Base dos Créditos Tributários	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa	1.657	597	1.720	1.376
Diferenças temporárias	1.567	564	1.154	923
Total	3.224	1.161	2.874	2.299

## 17. Gestão de riscos

O principal risco relacionado às atividades da nova Empresa é o risco operacional.

A Administração desse risco é processo que abrange diversas políticas e estratégias. A política de administração desse risco é conservadora, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo:

- Risco operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Empresa, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A política da Empresa é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento do risco, observando o perfil de atuação e a complexidade de suas atividades.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo acionista majoritário - BROU Montevideo e os relatórios são divulgados através do site na internet [www.bancorepublica.com.uy](http://www.bancorepublica.com.uy).

#### 18. Seguros

A Empresa permanece com a adoção de política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 19. Eventos subsequentes

Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras - A Administração da empresa tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a empresa, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019.